

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO
CURSO DE TURISMO

NICOLE COSTA DE ALBUQUERQUE

O POTENCIAL DA FITOTERAPIA PARA O TURISMO NO AMAZONAS

MANAUS

2019

NICOLE COSTA DE ALBUQUERQUE

O POTENCIAL DA FITOTERAPIA PARA O TURISMO NO AMAZONAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo do Curso de Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Orientadora: Profa. Dr.^a Susy Rodrigues Simonetti.

Co-Orientadora: Profa. M.^a Karla Cristina Ribeiro Maia.

MANAUS

2019

NICOLE COSTA DE ALBUQUERQUE

O POTENCIAL DA FITOTERAPIA PARA O TURISMO NO AMAZONAS

Aprovado em ____ / ____ /2019

Susy Rodrigues Simonetti, Dra.
Orientadora

Membro da Banca Examinadora

Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradecimento em especial a minha mãe, Maria Auxiliadora, pelo incentivo nas minhas escolhas pessoais e profissionais. Obrigado aos meus melhores amigos, Katayanne Christie, Marcos Henrick, Nastassja Oliveira e Ágata Gaspar, pela compreensão e apoio em momentos difíceis e por tornarem os dias melhores. Agradeço as pessoas que marcaram minha vida em momentos distintos e de formas diferentes, Laís Maciel, Amanda Silva e Rickson Jess, por somarem aos meus dias experiências marcantes. Por fim, agradeço a Profa. Karla Ribeiro pela iniciativa de desenvolver a temática deste trabalho logo nos primeiros períodos da graduação como projeto de Iniciação Científica, hoje atuando como co-orientadora, e a minha orientadora Profa. Susy Simonetti pelo suporte na continuação e conclusão deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa surge como um trabalho de iniciação científica, motivado pelo aprofundamento nos questionamentos e nas discussões acerca do potencial turístico da fitoterapia no Amazonas. Ao se fazer um recorte e dimensionar o trabalho para comunidades nas margens dos rios, objetivou-se investigar as possibilidades de utilização da fitoterapia em pequenas comunidades como motivadora de demanda turística e, como objetivos específicos, discutir o etnoconhecimento como motivação da demanda turística em comunidades tradicionais; identificar estudos sobre plantas medicinais realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); e demonstrar as possibilidades de utilização da fitoterapia como complemento de renda de comunidades ribeirinhas a partir dos resultados da pesquisa. Com vistas a atender aos objetivos do estudo, definiu-se a metodologia como de caráter bibliográfico, qualitativa e exploratório-descritiva. Houve uma visita na comunidade Bela Vista do Jaraqui que permitiu que se conhecesse uma experiência de horta comunitária e de plantas medicinais, ainda incipiente, e que se conversasse, informalmente, com representantes comunitários, para entender como o projeto que envolve fitoterápicos vem sendo desenvolvido. A observação sistemática dos recursos turísticos da comunidade foi um aliado deste estudo. Os resultados desta pesquisa constituem-se no levantamento de estudos que abordam a importante correlação da temática do etnoconhecimento voltado as plantas medicinais em comunidades tradicionais, publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a identificação de um catálogo de planta medicinais usadas por comunidades ribeirinhas do médio Rio Solimões (AM), publicado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que pode servir de referências para outras comunidades, e se observar que os fitoterápicos tanto podem ser utilizados pela comunidade, bem como ofertados aos visitantes. De forma geral é possível afirmar que há um potencial de se agregar os fitoterápicos, tais como xaropes e pomadas, aos produtos e serviços relacionados ao turismo, possibilitando, principalmente, que o conhecimento local seja difundido e que a comunidade seja reconhecida por um dos segmentos do turismo de saúde.

Palavras-chave: comunidades ribeirinhas, turismo de saúde, fitoterapia

ABSTRACT

This research emerges as a work of scientific initiation, motivated by the deepening of the questions and the discussions about the tourism potential of phytotherapy in Amazonas. When cutting and dimensioning the work for communities along riverbanks, the objective was to investigate the possibilities of using phytotherapy in small communities as a motivator of tourism demand and, as specific objectives, to discuss ethno-knowledge as a motivation of tourism demand in traditional communities; to identify studies on medicinal plants conducted by the National Institute of Amazonian Research (INPA); and to demonstrate the possibilities of using phytotherapy as a complement to the income of riverside communities based on the results of the research. In order to meet the objectives of the study, the methodology was defined as bibliographic, qualitative and exploratory-descriptive. There was a visit to the community of Bela Vista do Jaraqui that allowed the acquaintance of a community garden experience and medicinal plants, still incipient, and a informal conversation with community representatives to understand how the project that involves herbal medicines has been developed. The systematic observation of community tourism resources was an ally of this study. The results of this research are the gathering of studies that address the important correlation of the ethno-knowledge issue directed to medicinal plants in traditional communities, published by the National Institute of Amazonian Research (INPA), the identification of a catalog of medicinal plants used by riverside communities of the middle stretch of the Solimões River (AM), published by the Federal University of Amazonas (UFAM), which can serve as a reference for other communities, and it can be observed that phytotherapeutics can be used by the community as well as offered to visitors. In general, it is possible to affirm that there is a potential to add phytotherapies, such as syrups and ointments, to products and services related to tourism, making it possible, above all, that the local knowledge be diffused and that the community be recognized by one of the segments of health tourism.

Keywords: riverside communities, health tourism, phytotherapy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	02
CAPÍTULO I: RELAÇÃO BIODIVERSIDADE, ETNOCONHECIMENTO E FITOTERAPIA	06
1.1 BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA.....	06
1.2 COMUNIDADES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS.....	08
1.3 PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPIA.....	17
CAPÍTULO II: FUNDAMENTOS DO TURISMO E SEGMENTAÇÃO	20
2.1 TURISMO E SEGMENTAÇÃO.....	20
2.2 TURISMO DE SAÚDE, MÉDICO E DE BEM-ESTAR.....	23
CAPÍTULO III: RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi construída a partir da necessidade de reconhecimento das possibilidades de fomento do turismo, por meio da valorização do etnoconhecimento da região amazônica. Para isto, houve a necessidade de delimitar o segmento turístico, o produto a ser ofertado e a maneira de oferecê-lo, tendo em vista que por meio da oferta de produtos e tratamentos fitoterápicos, o Amazonas apresenta capacidade de atrair visitantes e permite que o turista entre em contato com a cultura e com a comunidade tradicional.

Para a compreensão da interligação dos temas abordados nesta pesquisa, ressalta-se a biodiversidade como o conjunto de espécies em toda sua variedade de plantas, animais e microrganismos presentes em uma região, que fornecem alimentos, remédios e toda matéria-prima consumida pelo ser humano (WWF, 2019). Destacam-se as plantas entre as espécies que constituem a biodiversidade e o fornecimento de remédios consumidos pelo ser humano pois, estes se referem a oferta de plantas medicinais que, quando coletadas e preparadas, consideram-se matérias-primas vegetais utilizadas para a produção de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos com finalidade profilática, curativa ou paliativa (BRASIL, 2014).

A cadeia produtiva de medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos baseia-se no etnoconhecimento pertencente às comunidades tradicionais, que os utilizam para obtenção de saúde. Esses saberes e fazeres tradicionais constituem grande parte da cultura local e, portanto, atraem turistas motivados por experiências autênticas como as da cadeia produtiva de fitoterápicos, mencionada previamente. No turismo, este segmento denomina-se turismo de saúde e “[...] constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos” (BRASIL, 2010, p. 15)

Justifica-se a elaboração deste trabalho com base na percepção da possibilidade de atendimento das necessidades de inovação na oferta turística, exploração de novos segmentos turísticos e aproveitamento dos recursos naturais abundantes na biodiversidade amazônica. Por outro lado, observa-se por meio de práticas direcionadas à valorização do etnoconhecimento, culturalmente característico nas comunidades tradicionais amazônicas, a sua capacidade de atração de fluxo turístico, motivado pela vivência de experiências culturais diferenciadas.

Possibilitar a interação do turista com o etnoconhecimento das comunidades por meio de atividades turísticas organizadas de forma sustentável, ou seja, mantendo a experiência turística autêntica no que diz respeito a experiência a ser vivida, possibilita o fomento da economia local, gerando o mínimo de impacto nas comunidades. Diante do potencial turístico de saúde que o Amazonas apresenta, mas que não explora devidamente, questiona-se: como a fitoterapia pode ser utilizada como um atrativo para o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais no Amazonas?

Sobre os objetivos dessa pesquisa, destacou-se como objetivo principal a investigação das possibilidades de utilização da fitoterapia em pequenas comunidades como motivadora de demanda turística à luz do referencial teórico e, como objetivos específicos, identificar os estudos sobre plantas medicinais realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e pela Universidade do Estado do Amazonas - UFAM; discutir o etnoconhecimento como motivação da demanda turística em comunidades tradicionais; e demonstrar as possibilidades da utilização da fitoterapia como um complemento de renda de comunidades ribeirinhas.

Para este estudo bibliográfico, empregou-se a pesquisa exploratória e descritiva para, respectivamente, a realização do levantamento quantitativo e a caracterização qualitativa das variáveis do fenômeno para, então, realizar o estudo dessas variáveis sem manipulá-las (KÖCHE, 2015).

A metodologia do estudo, de caráter exploratório, tem por finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto investigado; é descritiva por visar a descrição das características do objeto de estudo envolvendo o uso de técnicas padronizadas para coleta de dados; e qualitativa pois, considera a existência de uma relação dinâmica entre a realidade e os aspectos subjetivos do sujeito que não podem ser traduzidos em dados numéricos. (PRODANOV e FREITAS, 2013)

Dessa forma, estabeleceram-se três etapas contíguas para esta pesquisa eleita como qualitativa: a primeira consistiu-se da revisão bibliográfica e documental, sendo ambas desenvolvidas para a explicação do problema, utilizando o conhecimento publicado ou documentado, no intuito de se analisar e avaliar o conteúdo para auxiliar a compreensão do objeto de estudo (KÖCHE, 2015).

Esta primeira etapa de pesquisa bibliográfica contemplou a seleção de livros e artigos com as temáticas trabalhadas nesse estudos e publicadas por autores relevantes, observando como parâmetros de escolha a frequência com que as obras

desses autores eram citadas e referenciadas em outras pesquisas e o engajamento deles em instituições de renome como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e instituições de ensino superior reconhecidos quanto às contribuições acadêmicas. Enquanto na pesquisa documental, selecionou-se manuais de informação disponibilizados pelo Ministério do Turismo e publicações oficiais de Leis, Planos e Programas do governo federal.

Para a revisão de literatura, utilizou-se autores que são referência em suas áreas de atuação acadêmica como Clay, Diegues, Boullón e Beni, além de documentos oficiais que regulamentam políticas públicas da fitoterapia e fitoterápicos, e artigos científicos datados do ano de 2000 a 2019. Todo esse material possibilitou discussões atuais e relevantes sobre a conceituação do turismo de saúde e sua segmentação.

Na segunda etapa, desenvolveu-se a pesquisa de campo, consistindo na observação dos fatos e fenômenos de forma espontânea, para a coleta de dados e registro de variáveis presumidamente relevantes (PRODANOV e FREITAS, 2013) em visita informal à comunidade Bela Vista do Jaraqui, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista, na área rural do município de Manaus.

As observações foram possibilitadas por meio do projeto de extensão “Turismo na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus – AM): preparando para receber o turista”, realizado por 03 professoras e alunos da Escola Superior de Artes e Turismo – ESAT, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Esta etapa caracterizou-se pela visita a uma comunidade tradicional para a realização de observação sistemática do campo de pesquisa, entrevista semiestruturada de 40 minutos com representantes da comunidade e registro fotográfico das atividades de interesse para análise e discussão no estudo.

Realizou-se a coleta de dados por meio de observação sistemática dos recursos turísticos presentes na comunidade Bela Vista do Jaraqui. A investigação das atividades turísticas e uma entrevista semiestruturada foi realizada com a líder comunitária, com o objetivo de identificar se a comunidade tinha alguma relação com turismo de saúde, a possível procura por visitantes no cenário turístico atual por esse segmento, tendo em vista que há um projeto, ainda incipiente, sendo desenvolvido no espaço comunitário.

A terceira etapa da pesquisa destinou-se a organização e sistematização das informações obtidas a partir das entrevistas e em conformidade com os objetivos estabelecidos no estudo.

Dessa forma, o trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro discute a relação dos saberes e fazeres tradicionais referentes ao manejo de plantas medicinais da biodiversidade amazônica por comunidades caboclas/ribeirinhas, à luz da revisão bibliográfica. O segundo capítulo apresenta considerações acerca dos fundamentos do turismo a partir dos componentes da oferta turística e dos fatores que motivam o fenômeno, assim, permitindo a segmentação dos tipos de turismo. No terceiro capítulo apresentam-se os resultados e discussões a partir da pesquisa bibliográfica e das observações resultantes da visita ao projeto de horta comunitária e de plantas medicinais da comunidade ribeirinha visitada. Por fim, apresentam-se as conclusões sobre o estudo.

CAPÍTULO I

RELAÇÃO BIODIVERSIDADE, ETNOCONHECIMENTO E FITOTERAPIA

Este capítulo, erigido à luz de um referencial teórico consistente, tem como objetivo relacionar a biodiversidade com o etnoconhecimento e a fitoterapia, ou seja, a relação entre a cadeia produtiva de medicamentos e produtos tradicionais fitoterápicos, baseada nos saberes e fazeres das comunidades tradicionais que utilizam esses elementos para obtenção de saúde.

1.1 BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

Estabelecida em 1945, a *Food and Agriculture Organization – FAO* é uma agência das Nações Unidas especializada em liderar esforços de combate à fome, desnutrição e pobreza por meio de alternativas sustentáveis (FAO, 2019). Em 1993, a FAO publicou o documento *Selected Species and Strategies to Enhance Income Generation from Amazonian Forests* produzido pelos autores Clay, Sampaio e Clement (2000). Em 2000, o documento foi publicado como livro sob o título “Biodiversidade amazônica: exemplos e estratégias de utilização”, destacando-se como uma das primeiras pesquisas relacionadas às técnicas para desenvolvimento e manejo de recursos florestais amazônicos utilizados para a geração de renda por meio do processamento e comercialização de produtos.

Clay *et al* (2000), utilizam o termo ‘produtos florestais não-madeireiros’ em meio a discussão sobre o manejo de florestas, a fim de pontuar a percepção comum de que o aproveitamento da biodiversidade amazônica se limita à extração de madeira. Contudo, os autores apresentam informações sobre espécies nativas, potencialmente produtivas, como matéria-prima (frutos amidosos ou oleosos, frutos suculentos, óleo-resinas e látex, óleos industriais, óleos essenciais, materiais industriais e para artesanato) e, assim, destacam a possibilidade de realização de atividades econômicas de baixo impacto ambiental, diferentemente dos impactos gerados pela indústria madeireira.

O conhecimento acerca do potencial dessas espécies nativas como matéria-prima de produção, aliado às considerações dos autores sobre os fatores necessários

para o aproveitamento de recursos florestais e a comercialização dos produtos provenientes desses, possibilita a realização de discussões sobre o desenvolvimento econômico local sustentável em comunidades ribeirinhas, tradicionais e indígenas e todo este potencial.

Segundo Clay *et al* (2000), o êxito no manejo da biodiversidade amazônica como base econômica para residentes e comunidades tradicionais de áreas e regiões de floresta, parte do acesso às terras e seus recursos, bem como a limitação de uso por períodos. Diante disto, ressalta-se a importância de priorizar a proteção dessas regiões amazônicas, ocupadas por grupos locais, para que suas necessidades sociais e econômicas sejam atendidas de modo a não prejudicar a biodiversidade que os cerca.

Para isto, essas regiões devem ser identificadas e, para se evitar degradação ambiental, os moradores e comunidades devem ser incentivados a buscar o manejo correto das áreas de floresta por meio de ações como melhoramento das técnicas relacionadas as etapas de produção e exploração de novos mercados. Clay *et al* (2000), afirmam que existem cultivos amazônicos potencialmente produtivos para o desenvolvimento da economia de mercado local das comunidades tradicionais.

A realização de estudos incipientes relacionados ao etnoconhecimento amazônico, justificado pelo desconhecimento de sua potencialidade, restringe o crescimento do interesse empresarial e popular para os novos cultivos na região. Para reverter essa situação, Clay *et al* (2000) indicaram coleta, caracterização, avaliação e conservação de espécies de interesse prioritário, bem como a identificação das respectivas áreas em que essas se encontram.

Desconsidera-se o potencial do extrativismo como atividade econômica sustentável para residentes e comunidades tradicionais em áreas e regiões de floresta, bem como, não se procura destacar os impactos ambientais negativos gerados pelas atividades econômicas desenvolvidas em grande escala na Amazônia, como agricultura e pecuária convencional, extração de madeira e minério e a operação de usinas hidrelétricas (CLAY *et al*, 2000).

Para o direcionamento do manejo de cultivos em florestas amazônicas, Clay *et al* (2000) indicam a realização de programas de desenvolvimento que orientem os produtores na identificação de produtos com potencial para produção sustentável, e a melhor forma de comercialização para se obter maior retorno financeiro. Contudo, para os autores, considera-se como prioridade a melhora na qualidade de vida dos

extrativistas e produtores tradicionais, para que sua inserção no mercado seja realizada, tendo em vista que a ação isolada não garante a valorização de seus papéis na salvaguarda das florestas e, conseqüentemente, de seus produtos.

Anthony *et al* (2002), em 'Esverdeando a Amazônia', discutem o crescente envolvimento de comunidades tradicionais da Amazônia com a produção e comercialização de produtos florestais, principalmente produtos florestais não-madeireiros – PFNM (frutas, castanhas, látex, óleos, palha, palmito e plantas medicinais), com o objetivo de atender as suas necessidades básicas por meio de atividades de baixo impacto socioambiental.

A partir do estudo de oito negócios (Yawanawá Aveda; Caex; CVA; Reça; Kayapós Body Shop; Mil Madeireira; Assema; Pronatus) Anthony *et al* (2002), levantam questionamentos acerca da valorização dos produtos florestais no mercado. Segundo os mesmos autores, as comunidades tradicionais amazônicas compreendem que as matérias-primas processadas e comercializadas como produtos na cadeia comercial, possibilitam um retorno financeiro maior do que a produção de somente uma das etapas da cadeia produtiva, como a de coleta florestal, por exemplo.

Dessa forma, questiona-se de que maneira as comunidades tradicionais da Amazônia podem aumentar sua renda para atender as necessidades básicas e melhorar o bem-estar, por meio da produção de produtos mais competitivos no mercado.

1.2 COMUNIDADES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Em 'Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil' (DIEGUES; ARRUDA, 2001), discute-se a relação biodiversidade, etnoconhecimento, sociedades tradicionais e áreas protegidas. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é uma referência teórica para a discussão acerca dos conceitos e definições sobre biodiversidade, teorias conservacionistas e o manejo pelas comunidades tradicionais.

Nesta obra, discute-se a questão conceitual acerca das comunidades tradicionais, tendo em vista as ambigüidades e dificuldades apresentadas ao definir os termos "populações/comunidades tradicionais", sob a perspectiva histórica das populações tradicionais no Brasil. Conceitua-se também saber tradicional e sua

relação com a ciência e a biodiversidade para fins de norteamo deste trabalho e, assim, discute-se o conhecimento tradicional sob a perspectiva antropológica e ecológica, ou seja, da etnociência.

Diegues e Arruda (2001) baseiam a discussão sobre o conceito de biodiversidade na Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB. No Artigo 2 do preâmbulo, sobre a utilização de termos para os propósitos da Convenção, define-se biodiversidade como a composição de seres de origem terrestre, marinha, ecossistemas aquáticos e complexos ecológicos a que pertencem, ou seja, os componentes do mundo natural e os ambientes em que se encontram. Os autores argumentam que nesse conceito considera-se a biodiversidade como produto da natureza, embora, em muitos casos, esse produto seja resultado de ações das sociedades humanas e seus preceitos culturais, principalmente de sociedades tradicionais não-industriais.

A utilização da noção de “sociedades tradicionais”, de acordo com Diegues e Arruda (2001), estabelece como referência os grupos que se diferenciam pela reprodução de uma dinâmica baseada em relações socioeconômicas de cooperação e relações socioambientais específicas que se caracterizam pelo manejo tradicional sustentável do meio ambiente. Os autores também destacam que a noção de “sociedades tradicionais” se aplica tanto à população tradicional indígena quanto à população tradicional não-indígena pois, ambas caracterizam a porção da sociedade que desenvolve modos de vida particulares em função da adaptação ao meio em que vivem e de que sobrevivem.

As populações tradicionais indígenas no Brasil são compostas por 206 grupos (indígenas) identificados pelo Instituto Socioambiental – ISA. As populações tradicionais não-indígenas são representadas pelos grupos caiçara, açoriano, caipira, babaçueiro, jangadeiro, pantaneiro, pastoreio, quilombola, ribeirinho amazônico, ribeirinho/caboclo não-amazônico (varjeiro), sertanejo/vaqueiro e pescado artesanal (DIEGUES; ARRUDA, 2001)

Os mesmos autores ainda estabelecem como parâmetro para a discussão sobre o uso e não uso da biodiversidade em Unidades de Conservação - UCs por sociedades tradicionais, as ideias defendidas pelas visões preservacionistas e conservacionistas. Preservacionistas são apoiadores da delimitação de áreas legalmente protegidas como a melhor forma de garantir a integridade do patrimônio natural diante do avanço industrial e, conservacionistas aqueles que acreditam na

utilização de recursos naturais de maneira sustentável, considerando a relação entre o modelo socioeconômico de sociedades que residem em UCs.

Segundo Diegues e Arruda (2001), ambos conservacionistas e preservacionistas, junto à CDB, demonstram interesse em áreas protegidas de uso indireto como áreas para estudo e conservação da biodiversidade, contudo, nessas áreas não se admitem residência de pessoas.

Desta forma, há um reforço da ideia de biodiversidade conservada somente quando não há presença ou influência de comunidades tradicionais, como expressado pela CDB e contestada previamente pelos autores.

Estudos realizados por pesquisadores de ciências naturais e sociais, delinearam a construção de uma nova tendência chamada ecologia social ou ecologia dos movimentos sociais que se baseia nas falhas de alguns parques nacionais e áreas protegidas de uso indireto, no êxito da preservação do aspecto socioambiental de suas áreas e na argumentação de base política, ética, cultural e ambiental. Tal fato, segundo os mesmos estudos, considera como antiética e injusta a expulsão de comunidades que residem nas áreas de florestas há várias gerações, sendo elas responsáveis pela manutenção da biodiversidade ao protegê-las por meio do modo de vida e uso tradicional dos recursos naturais ali existentes. (DIEGUES, ARRUDA, 2001)

É importante levar em consideração a possibilidade da conservação da biodiversidade sob novos parâmetros. A etnoconservação pensa os critérios de existência de áreas de alta biodiversidade como resultado das atividades decorrentes do conhecimento e do manejo tradicional ou etnomanejo, realizados por povos indígenas e comunidades tradicionais. Dessa maneira, aqueles que residem em áreas de grande diversidade biológica seriam reconhecidos e valorizados pelos saberes tradicionais que aplicam ao manejo dos recursos naturais em seu modo de vida. (DIEGUES; ARRUDA, 2001)

À exemplo de comunidades tradicionais que sofrem os impactos das limitações das áreas protegidas nas quais se encontram, e como objeto principal desta pesquisa bibliográfica, ressalta-se a importância das comunidades tradicionais da Amazônia (ribeirinhos), que são basicamente compostas por grupos extrativistas, sejam de recursos naturais provenientes dos rios ou da floresta.

Simonetti (2015) afirma que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia em vista da relação com os recursos da terra, da água e do solo que determinam a organização sociocultural das comunidades ribeirinhas.

Sobre o termo “comunidades ribeirinhas”, a autora cita Wiggers (2012) que garante a formulação deste com base nas lutas políticas e afirmações identitárias pois, no cenário rural amazônico, o termo “comunidade” representa o agrupamento de pessoas em concordância político-administrativa.

Segundo Simonetti (2015), os ribeirinhos são atores sociais que possuem seus modos de vida em comunidades influenciados pela organização sociocultural das populações indígenas e seus modos de vida em aldeias, sendo as comunidades ribeirinhas caracterizadas por Witkoski (2010) e citado por Simonetti (2015), como o resultado de uma continuidade histórica dos agrupamentos indígenas.

Segundo a autora, ainda com a passagem dos povos indígenas de maioria para minoria entre 1759 e 1988 como resultado da escravidão, ideologia religiosa e doenças dizimadoras, suas influências propiciaram aos ribeirinhos um modelo de estrutura sólido em face das imposições de outras culturas, assim, contribuindo para a formação sociocultural da região amazônica.

O conhecimento tradicional sobre a utilização dos recursos locais por meio de técnicas de plantio, de caça e pesca, rituais religiosos e místicos foram herdados pelos ribeirinhos das sociedades indígenas das áreas de várzea. O agrupamento dos ribeirinhos e a necessidade de uso do conhecimento das tecnologias tradicionais indígenas impulsionou-se durante a atividade gomífera decadente em razão da perda de mercado da borracha para a matéria-prima produzida por seringalistas asiáticos, entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. (CHAVES, 2001 apud SIMONETTI, 2015)

Simonetti (2015) aponta que os processos econômicos marcados pelos ciclos das drogas do sertão, da agricultura, da borra, do cacau e da pecuária resultaram em períodos de riqueza, mas, também, de miséria na região amazônica e sua população. Tais processos resultaram na transformação da sociedade no espaço amazônico, principalmente, com a chegada dos nordestinos em busca de trabalho e a subjugação europeia das populações indígenas em favor de capital pois, dessas populações e de suas relações com o ambiente, surgiram as comunidades ribeirinhas.

Além dos fatores históricos, as comunidades ribeirinhas amazônicas descobriram o conhecimento acerca da exploração dos recursos locais em face de

condições como doenças tropicais, temperatura elevada do ambiente, dificuldades para a realização de plantio no solo relativamente pobre, difícil acesso de transportes e entre outros fatores. Contudo, tais fatores não se apresentaram como limitantes para o desenvolvimento da região ou para a adaptação dos moradores. (WAGLEY, 1988 apud SIMONETTI, 2015)

Para os propósitos da presente pesquisa, sintetizam-se os resultados referentes às comunidades tradicionais de ribeirinhos da Amazônia. Dessa forma, por meio do levantamento e da análise de 850 publicações sobre conhecimento tradicional indígena e não-indígena considerados relevantes por Diegues e Arruda (2001) e da comparação entre informações sobre o total das publicações levantadas; as publicações sobre populações indígenas e não-indígenas; e as publicações de cada grupo populacional específico, identificou-se um quantitativo maior de publicações referentes às comunidades tradicionais do que o quantitativo de publicações referentes às populações indígenas, com destaque para um número considerável de publicações referentes aos ribeirinhos da Amazônia.

A publicação de trabalhos a respeito de comunidades tradicionais cresceu consideravelmente na década de 1990. Segundo Diegues e Arruda (2001), essa informação confirma a possibilidade de um número maior de pesquisadores pertencentes a universidades mais novas, localizadas nas diversas regiões, dedicando-se aos estudos sobre o conhecimento tradicional em comunidades, principalmente sobre ribeirinhos da Amazônia.

Com o objetivo de visualizar a correlação do conhecimento tradicional com as comunidades tradicionais e, conseqüentemente, afirmar a influência dos fatores ecossistêmicos na realização de estudos relacionados a essa temática, identificou-se como maioria a porcentagem de trabalhos sobre as comunidades que vivem no ecossistema amazônico. Diegues e Arruda (2001) consideram que houve maior interesse nacional e internacional na publicação de pesquisas sobre o tema, tendo como referência a dimensão territorial da Amazônia e sua concentração populacional indígena.

Os trabalhos exploraram assuntos sobre botânica de espécies coletadas (sobre extrativismo vegetal); botânica de espécies cultivadas (sobre o cultivo de plantas nativas e exóticas); ecnologia/ergologia (sobre tecnologias patrimoniais e confecção de produtos diversos); ictiologia/haliêutica (sobre conhecimento de peixes, crustáceos, moluscos e os sistemas de pesca e cultivo), farmacologia/medicina (sobre

conhecimento e uso de técnicas medicinais e remédios caseiros). Além dos trabalhos citados, há os de zoologia (sobre criação de animais, pecuária e caça); cosmologia (sobre mitos e folclore); arte (sobre produção artística); pedologia (sobre manejo de solo a partir de indicadores); entomologia (sobre conhecimento e classificação dos insetos); astronomia (sobre a relação de corpos celestes e atividades práticas, espirituais e míticas) e hidrologia (sobre a água e sua função na localidade).

Acerca do assunto abordado na presente pesquisa e a variável temática sobre farmacologia/medicina, apresentaram-se mais publicações de pesquisas realizadas em populações indígenas, contudo, por pouca diferença quantitativa em relação à publicação de pesquisas realizadas em comunidades tradicionais: do total de 168 publicações, 21 representam o assunto em questão.

Segundo Diegues e Arruda (2001), a análise dos resultados referentes às pesquisas sobre o etnoconhecimento por comunidades tradicionais, demonstra a contribuição da etnociência partindo de trabalhos com enfoque no detalhamento do conhecimento sobre atividades de extrativismo tradicional, agricultura familiar e pesca, e a dinâmica da realização dessas atividades com as modificações do ambiente natural como períodos de cheia e estações de seca. Assim, muitos trabalhos com abordagem sobre etnoconhecimento apresentam listagens de espécies vegetais e animais conhecidas, nomenclatura científica e popular.

Contudo, do total de 168 publicações abordando o etnoconhecimento em comunidades tradicionais, apenas 54 delimitavam-se ao grupo de caboclos/ribeirinhos amazônicos. Mediante a afirmação de Diegues e Arruda (2001) sobre o levantamento de poucos trabalhos que discutem a questão do manejo tradicional com enfoque na domesticação e manipulação de espécies vegetais e animais, vinculada às atividades de subsistência, permite-se a reflexão acerca da possibilidade de correlação entre a pouca quantidade de estudos sobre etnoconhecimento e sobre manejo tradicional, tendo em mente que o etnoconhecimento das comunidades tradicionais em geral são basicamente seus saberes e fazeres perpetuados por meio da prática de atividades de subsistência como as de manejo tradicional.

Os dados sobre publicações em que se menciona o manejo por comunidades tradicionais, em especial do grupo de ribeirinhos amazônicos, o foco deste estudo, está representado em 52 publicações de um total de 168 estudos analisados. Diegues e Arruda (2001) comentam que a incipiência dos trabalhos com propostas de manejo florestal contribui para o interesse de pesquisadores que, ao desenvolverem estudos

de enfoque em teorias conservacionistas clássicas, passam a associar o conhecimento tradicional ao etnomanejo, possibilitando, assim, a conservação da natureza de modo socialmente justo e eficaz.

Os mesmos autores continuam as pesquisas acerca dos saberes de comunidades tradicionais e a possibilidade de conservação da biodiversidade sob a perspectiva da etnoconservação. Na discussão ainda baseada nos debates sobre biodiversidade iniciados pela CDB, destacam-se as contínuas mudanças econômicas e tecnológicas em que as comunidades tradicionais se encontram envolvidas, atualmente como resultado das tendências de privatização de territórios e recursos de uso coletivo.

Castro (2010) aponta a necessidade de discussão acerca da relação de território e saberes de comunidades tradicionais, tendo em vista a transformação da natureza e da relação estabelecida com esta pelo homem, objetivando a privatização de um patrimônio, a princípio pertencente a todos, e tornando-o propriedade privada para possibilitar o aproveitamento de seus recursos.

Para melhor compreensão das discussões acerca do território e sua importância para as populações tradicionais indígenas e não-indígenas, com ênfase nas comunidades tradicionais ribeirinhas, utiliza-se o conceito de território definido pela própria autora à luz de suas percepções, assim, define-se o território como o espaço em que os membros de determinado grupo estabelecem acesso ao uso e controle dos recursos para a realização de atividades produtivas que não se configuram inteiramente como econômicas pois, combinam formas materiais e simbólicas características da realidade das sociedades tradicionais. As formas simbólicas possuem essência mística reproduzida em atividades como rituais. Essas não se limitam aos modos de uso do território ou às atividades produtivas, mas, aos padrões de seletividade do grupo de acordo com seus conhecimentos e interesses. (CASTRO, 2010)

Ao citar Descola (1997), Castro (2010) defende o redirecionamento da percepção técnica focada no conhecimento acerca das áreas de estudos agrônômicos, botânicos e etológicos empregados nas atividades de subsistência, para a mitologia e as crenças religiosas indígenas pois, ambos concordam que esses dois componentes da cultura indígena apresentam-se como modelos metafóricos sobre o funcionamento do ecossistema e dos limites de uso dos seus recursos a serem respeitados a fim de manter o equilíbrio.

A simbologia e misticismo indígena abordam representações em que os saberes limitam-se ao interesse de cada grupo em relação ao uso do território e apropriação de seus recursos por meio de um padrão de seletividade que, segundo Diegues (1995) e citado pela autora Castro (2010), destaca-se também em sociedades tradicionais, principalmente comunidades tradicionais de ribeirinhos amazonenses, a relação das técnicas de produção e os mitos ancestrais representados na determinação dos períodos de pesca, caça e plantio.

Exemplificando essa discussão, a autora destaca os grupos indígenas e os grupos agroextrativistas reconhecidos pelo domínio de uso do solo. A organização das atividades de trabalho desses grupos não se separa das manifestações sagradas ou sociais, como rituais e festividades que representam a integração das famílias com outras famílias e dos membros familiares entre si.

Castro (2010) destaca os conhecimentos de grupos nos países amazônicos – índios, castanheiros, seringueiros, pescadores artesanais entre outros – mas, principalmente os ribeirinhos, na Amazônia – que percorrem a extensão de saberes detalhados sobre a fauna, flora e hidrografia até a distinção de sons, odores e movimentos para além da percepção da simples existência dos fatores, mas a compreensão de suas formas e funções para com o meio em que se encontram e para com os humanos.

Segundo Castro (2010), compreende-se a importância da validação nacional e internacional dos conhecimentos e inovações das comunidades tradicionais para que a desvalorização e a desqualificação que o saber técnico-científico os condiciona, não os reduza, também, ao valor econômico. Isso resultaria na destruição dos territórios em que as comunidades se encontram e, conseqüentemente, na destruição de seus sistemas culturais, tendo em vista que nesta relação, território e cultura são codependentes e, por isso, a não existência de um ou outro torna-se insustentável.

Sobre a relação território e comunidades tradicionais, a autora destaca os seguintes questionamentos: “qual o significado do território para eles?”; “Quais os princípios fundamentais que estruturam suas práticas de uso e de manejo do território logrando sua preservação até o presente?”. Essas e outras questões foram destacadas pela autora pois, coincidem com o interesse das comunidades em exercerem o direito sobre seus saberes enquanto esses são debatidos sob a perspectiva do aproveitamento da biodiversidade para benefício da humanidade.

Discutem-se diretrizes para o uso da biodiversidade que se estendam aos detentores do conhecimento sobre ela, para que se faça valer o princípio do respeito e preservação dos direitos das populações tradicionais, em especial ao território e aos seus modos de vida, como feito com a CDB.

A partir das considerações éticas e morais no âmbito socioambiental da temática sobre território, saberes e populações tradicionais, Castro (2010) debate as questões legais sobre propriedade intelectual que, em resumo, são representadas pelos conceitos de direitos de propriedade intelectual e direitos coletivos de propriedade intelectual.

Basicamente, nas relações internacionais, defende-se a utilização dos recursos biológicos de países ricos em biodiversidade destinando-se ao uso dos demais países. Castro (2010) cita Laymert (1996) para argumentar que essas relações internacionais não invalidam os esforços de defesa dos recursos biológicos das associações de representantes de grupos indígenas, comunidades tradicionais, ONGs e institutos de pesquisa dos países a que essa biodiversidade se encontra pois, compreende-se que se não se deve invalidar ou diminuir o potencial do conhecimento tradicional para a contribuição no âmbito das inovações destinadas ao benefício da humanidade.

A disputa pela biodiversidade abrange o interesse pelos recursos biológicos por meio da apropriação do território, mas, também, o acesso e o controle do conhecimento. Contudo, a autora esclarece que a proteção da biodiversidade, conseqüentemente, resulta na proteção da sociodiversidade. Como exemplo do conflito de interesses econômicos que desassocia os interesses sociais dos ecológicos, diz respeito a área da biotecnologia, em que se confrontam os interesses da indústria e os direitos de agricultores e populações tradicionais. (CASTRO, 2010)

Esses conflitos acerca dos conhecimentos das comunidades tradicionais, ainda que em âmbito local, tornam-se objetos de repercussão global, assim, gerando debates sobre reservas extrativistas, unidades de conservação, parque indígenas e territórios remanescentes, como um forma de reivindicar e ampliar os direitos dos grupos tradicionais sobre os recursos florestais como fonte de trabalho, como exemplo a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex), previamente citada por Anthony *et al* (2002), destinado a comercialização do produto de trabalho dos trabalhadores residentes da Reserva Extrativista Chico Mendes, no vale do rio Acre. (CASTRO, 2010)

1.3 PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPIA

O foco principal da discussão acerca das plantas medicinais no âmbito da fitoterapia, realiza-se por meio da apresentação de um breve histórico contendo os marcos regulatórios dos insumos e produtos provenientes da prática profissional e tradicional da fitoterapia. Destaca-se a incipiência de discussões atuais sobre nomenclatura, conceitos e definições, uma vez que a legislação apresenta tais informações e, aparentemente, satisfazendo essas variáveis.

Tappin e Luchetti (2007) afirmam que em 1929, a publicação da primeira edição da “Farmacopéia Brasileira” iniciou as atividades de vigilância sanitária no país. A partir desta publicação, estruturou-se sistemas, qualificou-se profissionais, determinou-se locais específicos para o comércio de plantas medicinais e aplicações terapêuticas, e estabeleceu-se proibições destinadas ao comércio e a utilização de plantas medicinais sem comprovação de eficácia e, principalmente, ao consumo de plantas medicinais vinculadas às crenças religiosas.

Estas medidas resultaram na promulgação da Portaria nº 22/1967 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e da Farmácia – SNFMF com a apresentação da primeira definição de produto fitoterápico e a inclusão do relatório de produção e controle de qualidade acerca da concessão de licença para uso e comércio, tanto para produtos novos quanto já licenciados. (MS, 1967; SIMÕES et al., 2003 apud TAPPIN e LUCHETTI, 2007)

Paralelamente à promulgação da Portaria nº 22/1967, em 1959 publicou-se a segunda edição da “Farmacopéia Brasileira”. Esta deu origem à diversas monografias e, conseqüentemente, excluiu-se diversas espécies vegetais da classificação de planta medicinal, sob argumento de que não possuíam propriedades terapêuticas ou que se encontravam em desuso. (SIMÕES et al., 2003 apud TAPPIN e LUCHETTI, 2007).

Em 1976, a promulgação da Lei nº 6.360 estabelece o sistema de vigilância sanitária de medicamentos, cosméticos, saneantes, insumos, correlatos e outros de forma legal e, assim, atualizam-se normas por meio da substituição da concessão de licença pelo registro de medicamentos. Contudo, seu caráter de lei a impediu de determinar normas específicas para o controle sanitário da produção e da

comercialização de medicamentos. Tappin e Luchetti (2007) afirmam que somente a partir de 1995, normas sobre o registro de fitoterápicos foram publicadas em sequência e de forma alternada em intervalos de 4 a 5 anos.

A partir de 1995, publicaram-se a RDC nº 17 (2000), RDC nº 48 (2004), RDC nº 14 (2010) e a resolução vigente RDC nº 26, de 13 de maio de 2014 (ANVISA, 2018), que definem as categorias de medicamento fitoterápico e produto tradicional fitoterápico, além de estabelecer os requisitos mínimos para o registro e renovação de registro de medicamento fitoterápico e, para o registro, renovação de registro e notificação de produto tradicional fitoterápico (BRASIL, 2014).

Dessa forma, o consolidado de normas de registro e notificação de fitoterápicos elaborado pela Gerência de Medicamentos Específicos, Notificados, Fitoterápicos, Dinamizados e Gases Medicinais – GMESP, coordenação pertencente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa (2018), no âmbito das políticas públicas, encontram-se vigentes desde 2006 na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, por meio da Portaria nº 971 e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos - PNPMF, por meio do Decreto nº 5.813. Em 2008, publicou-se a Portaria nº 2.960, aprovando o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e, assim, criando o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Sobre o conceito de plantas medicinais, a RDC nº 26/2014 as considera sob a forma de droga vegetal, ou seja, a planta medicinal após coleta/colheita, estabilização e/ou secagem, e o chá medicinal como a droga vegetal preparada por meio de infusão, decocção ou maceração em água. Sobre o chá medicinal, esse possui o registro dispensando, contudo, devem ser notificados de acordo com as normas estabelecidas na categoria de produtos tradicionais fitoterápicos, com a exceção de preparações não industrializadas elaboradas por povos e comunidades tradicionais sem finalidade de gerar lucro, que dispensam tanto a notificação quando o registro (BRASIL, 2014).

Diferentemente das exceções de preparações sem fins lucrativos, pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, a resolução considera medicamentos fitoterápicos e produtos tradicionais fitoterápicos como produtos obtidos de matérias-primas ativas vegetais, exceto substâncias isoladas, com finalidade profilática, curativa ou paliativa, podendo ser simples ou composto, quando o ativo é proveniente de uma única ou de mais de uma espécie vegetal,

respectivamente. Esses são obtidos exclusivamente por meio de matérias-primas ativas vegetais (ANVISA, 2018).

A Anvisa, responsável pela coordenação e gerenciamento de medicamentos fitoterápicos e outros, responsabiliza-se pela comprovação de eficácia para registro e comercialização descritos na RDC nº 26/2014. Há a necessidade de segurança e eficácia comprovadas por ensaios não clínicos e clínicos de segurança e eficácia, para os medicamentos fitoterápicos, ou registro simplificado e publicados na literatura técnico-científica, no caso dos produtos tradicionais fitoterápicos.

É nesse contexto, à luz das discussões que envolvem a biodiversidade e os saberes das populações tradicionais, que se objetiva pensar um outro caminho para o turismo. Dessa forma, o próximo capítulo tem como enfoque o turismo e suas segmentações que o aproxima dos assuntos discutidos nesta sessão.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS DO TURISMO E SEGMENTAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo fundamentar o fenômeno turístico, sua organização, dinâmica e componentes, para assim classificá-lo de acordo com sua área de atuação e, por fim, introduzir sua segmentação e os fatores que o fundamentam e conformam o produto turístico.

A partir dessa formatação, define-se o segmento que melhor abrange atividades relacionadas à saúde e se discutem os conceitos de turismo relacionados à saúde, turismo médico e de bem-estar.

2.1 TURISMO E SEGMENTAÇÃO

Segundo Boullón (2002), o conhecimento acerca do turismo se apresenta como resultado de variados estudos individuais, nos quais destacam-se informações características da compreensão de cada especialista no campo do turismo. Desse modo, encontram-se termos específicos para determinadas áreas que se relacionam ao turismo, como a hotelaria. Dessa forma, para o fenômeno turístico, encontram-se diversas versões, nomes e termos para a explicação de um mesmo assunto. Dentre as percepções e, conseqüentemente, afirmações mais recorrentes no campo conceitual do turismo, destaca-se a afirmação do turismo como uma ciência ou uma indústria.

Sobre essas afirmações, Boullón (2002) apresenta argumentos sobre o fato de o turismo não ser uma ciência ao demonstrar que, mesmo com a existência de ideias desenvolvidas na prática do turismo, estas não se encontram sistematicamente organizadas, como mencionado anteriormente. Assim, os pressupostos para a categorização de ciência – precisão, ordem e relação lógica segundo o autor, impossibilitam a elaboração de conceitos abrangentes e específicos que constituem uma explicação teórica sobre o fenômeno.

Boullón (2002) apresenta os setores econômicos e suas respectivas atividades produtivas – setor primário (agricultura e mineração), setor secundário (indústria e construção) e setor terciário (comércio e serviços) – para demonstrar a

impossibilidade de classificação do turismo como produto proveniente de fábricas turísticas ou processos industriais, como exemplificado por meio da relação entre roupas e a indústria da moda e entre fábricas de sapatos e a indústria de calçados.

Sob esta mesma perspectiva, o autor também analisa a impossibilidade de classificação da atividade turística como pertencente ao setor primário pois, mesmo com a utilização dos atrativos naturais no turismo, não são realizadas atividades de extração ou produção utilizando os mesmos.

Considerando a classificação do setor terciário como atividades produtivas de comércio e serviços, o autor afirma que as atividades realizadas pelas agências de viagens caracterizam-se como intermediação de serviços, bem como os hotéis, transportadoras e entre outros que prestam serviços pois, estes não vendem quartos e assentos, mas o uso temporário como uma prestação de serviço.

Assim, estando claro a relação do consumo dos bens e serviços oferecidos por outros setores no contexto da atividade turística, Boullón (2002) afirma que o turismo pertence ao setor terciário, diferentemente das afirmações previamente citadas sobre o turismo como uma atividade pertencente ao setor secundário, ou seja, à indústria.

Sabendo que as intermediações e prestações de serviços ofertados, primeiramente pela iniciativa privada e/ou pelo poder público, visam o atendimento das necessidades da demanda turística, incorporam-se mais serviços com o objetivo de aumentar a satisfação do turista em relação ao aproveitamento de tempo livre. Dessa forma, são estabelecidas diversas relações que determinam a dinâmica desses serviços, formando assim, um sistema (BOULLÓN, 2002).

Beni (2007), conceitua sistema como um conjunto de elementos que apresentam ordenamento e coesão. Desse modo, elaborou-se um sistema que descrevesse e explicasse o funcionamento do fenômeno turístico e suas principais características, sendo essas a abrangência, a complexidade e a multicausalidade.

Representado em um esquema que sintetiza a dinâmica de combinações das variáveis internas e externas que influenciam o fenômeno turístico, o modelo referencial denominado Sistema de Turismo - Sistur, permite a visualização do conjunto das Relações Ambientais, da Organização Estrutural, de Ações Operacionais, seus componentes básicos e a interação desses conjuntos entre si e como um todo.

Beni (2007) apresenta cada um desses componentes como um subsistema dos conjuntos principais pois, esses apresentam características e funções próprias e individuais que, quando organizadas em forma de sistema, explicam e justificam o turismo. Os subsistemas são: ecológico, econômico, social e cultural (conjunto das relações ambientais), da superestrutura, da infraestrutura (conjunto da organização estrutural), de mercado, de oferta, de demanda, de produção, de distribuição e de consumo (conjunto das ações operacionais) do Sistor.

Segundo Beni (2007), em resumo, os principais elementos do subsistema ecológico são o espaço turístico natural e urbano pela perspectiva de seu planejamento territorial, atrativos turísticos e as consequências da atividade turística gerada por esses ao meio ambiente. O subsistema ecológico também abrange o subsistema cultural pois, este último corresponde às manifestações culturais que, segundo Beni (2007), são compreendidas como um conjunto de crenças, valores e técnicas de utilização do meio ambiente.

O subsistema social compreende as variáveis de interesse social que dizem respeito ao engajamento da comunidade em relação às iniciativas e ao desenvolvimento de negócios turísticos, assim, destacam-se três grupos sociais: os turistas, os trabalhadores que oferecem serviços ao primeiro grupo e os receptores de turismo, ou seja, aqueles que residem no núcleo receptor, que compartilham uma área territorial, bem como, a história, cultura, língua, tradições, costumes, valores e contravalores próprios.

O subsistema econômico relaciona-se a todos os subgrupos previamente apresentados pois, suas funções implicam na manutenção dos interesses econômicos por meio da preservação do meio ecológico e, conseqüentemente, da cultura dos grupos sociais diretamente relacionados ao uso desse meio com o objetivo de obter benefícios à médio e longo prazo.

Sobre a estrutura do Sistor, os subconjuntos de infraestrutura e superestrutura, referem-se à organização tanto de esfera pública quanto privada de produção e comercialização de serviços turísticos.

A alocação e aplicação de recursos na infraestrutura dos polos de atração de demanda por meio do apoio às atividades turísticas, garante a preservação, conservação e utilização do patrimônio natural e cultural e a implantação de equipamentos e serviços turísticos. Estes últimos precisam estar adequados às características socioeconômicas do fluxo de oferta e demanda turística de acordo com

as funções apresentadas na dimensão do Sistur (categoria das Relações Ambientais e subcategorias ecológicas, culturais, sociais e econômicas).

Sobre a dinâmica do Sistur, o subsistema de mercado estabelece a relação entre oferta, demanda, serviços e capitais, determinando, assim, a organização das condições de troca entre mercados específicos. No subsistema de mercado, a produção está para a oferta, assim como a distribuição está para o mercado e o consumo está para a demanda. Dessa forma, o estudo de mercado consiste em três questões: o que produzir, como produzir e para quem produzir.

Segundo Beni (2007), estuda-se melhor o mercado turístico por meio de sua segmentação, ou seja, a divisão do mercado em partes homogêneas, possibilitando, assim, o reconhecimento dos principais destinos turísticos e transportes, bem como, as principais características dos turistas como nacionalidade, idade e situação socioeconômica.

Entretanto, utiliza-se a motivação de viagem como principal meio de segmentação de mercado, dessa forma, tem-se o turismo de lazer, de negócios e compras, esportivo, ecológico, rural, de aventura, religioso, cultural, científico, gastronômico, de intercâmbio, de eventos e de saúde. Muitas outras segmentações surgem ao longo dos anos e novos termos são criados, mas para fins desta pesquisa, ganham destaque o turismo de saúde, médico e de bem-estar.

2.2 TURISMO DE SAÚDE, MÉDICO E DE BEM-ESTAR

Conforme Cunha (2008), o conjunto de produtos no qual a saúde encontra-se como principal motivador e os recursos naturais como suporte, tem o objetivo de melhorar o bem-estar físico ou mental dos turistas. Resumindo, aqueles que, motivados pela busca de saúde se deslocam de seus locais de residência para locais diferentes e com condições ou atributos que possam melhorar o seu estado de saúde físico e mental, são turistas e todas as atividades utilizadas pelos mesmos são turísticas.

Segundo o mesmo autor, compreende-se que outros termos também são utilizados para denominar o mesmo fenômeno de deslocamento motivado pela saúde – turismo de saúde, turismo médico e turismo de bem-estar, sendo esses geralmente compreendidos como sinônimos.

O turismo de saúde abrange dois segmentos fundamentais, o turismo médico e o de bem-estar que, respetivamente, dizem respeito ao deslocamento motivado por procedimentos médicos para a cura ou recuperação da saúde e à prevenção ou recuperação do bem-estar. Ambos se relacionam de modo que os turistas médicos não rejeitam os cuidados com o bem-estar e os turistas de bem-estar não rejeitam cuidados médicos.

O autor também observa que a não rejeição dos cuidados de bem-estar no turismo médico e vice-versa, diz respeito às atividades realizadas tanto no segmento médico quanto no de bem-estar, por exemplo, intervenções cirúrgicas estéticas realizadas em spas – aplicação de botox ou tratamentos alternativos para doenças, sintomas e/ou condições – acupuntura.

Por meio do Relatório de Pesquisa *Wellness Tourism and Medical Tourism: Where Do Spas Fit?* (2011), a *Global Spa & Wellness Summit - GSWS* apresenta questionamentos acerca do posicionamento dos spas no fenômeno do turismo pois, o uso e a definição do termo “turismo de saúde” se relacionam ao “turismo médico” e ao “turismo de bem-estar”. Os conceitos desses termos apresentam diversas similaridades, contudo, quando se analisa a oferta e a demanda do turismo de saúde, percebe-se a possibilidade de segmentação do turismo médico e do turismo de bem-estar.

Sobre o turismo médico, a GSWS (2011) o define como a realização de viagens para a realização de tratamentos para doenças, enfermidades ou condições, bem como, para submissão à procedimentos estéticos. Para as pessoas envolvidas ou turista médico, o custo mais baixo, a maior qualidade de atendimento, o melhor acesso aos cuidados ou cuidados diferenciados, são os fatores de motivação para a realização da viagem

Quanto ao turismo de bem-estar, a GSWS (2011) apresenta a definição de turistas de bem-estar como aqueles que viajam em busca de atividades para a manutenção ou melhoramento da saúde por meio de experiências ou terapias autênticas que, na maioria das vezes, não encontram no local de residência.

Contudo, compreende-se que para a realização deste estudo, considera-se como base para a análise da proposta de correlação das temáticas, incluindo o segmento de turismo de saúde, o conceito estabelecido pelo órgão do governo federal, tendo em vista o *locus* do estudo.

Dessa forma, considerando os aspectos essenciais de qualquer segmento turístico – motivação, estruturação, promoção e comercialização dos produtos turísticos, o Ministério do Turismo conceitua o turismo de saúde como a realização de atividades turísticas por meio da utilização dos meios e serviços médicos, terapêuticos e estéticos, assim, resultando na organização de dois segmentos referentes ao turismo de saúde, sendo esses, o turismo de bem-estar e o turismo médico. (MTUR, 2010)

Em resumo, o turismo médico abrange as atividades turísticas motivadas pela busca da saúde a partir de tratamentos acompanhados por equipes de profissionais especializados, enquanto, no turismo de bem-estar realizam-se tratamentos com fins estéticos e terapêuticos. Dessa forma, o Ministério do Turismo considera o turismo de bem-estar voltado à promoção e manutenção da saúde, bem como prevenção de doenças e o turismo médico voltado, na maioria das vezes, à cura de doenças.

Com base nas discussões sobre o turismo, o segmento de saúde e seus subsegmentos médico e de bem-estar, compreende-se a diversidade de possibilidades envolvendo o fomento da economia local em comunidades tradicionais sob a perspectiva do aproveitamento do etnoconhecimento a partir das plantas medicinais e das práticas fitoterápicas. Assim, no próximo capítulo, apresentam-se os resultados e discussões do estudo.

CAPÍTULO III

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, como resultado da pesquisa bibliográfica, foram selecionados os estudos ‘Biodiversidade amazônica: exemplos e estratégias de utilização’ (2000) e ‘Esverdeando a Amazônia’ (2002), ambas publicadas pelo autor Jason W. Clay (membro da WWF – Estados Unidos), sendo a primeira em colaboração com Anthony Anderson (membro-fundador do Instituto Socioambiental – ISA) e a segunda com Paulo de Tarso B. Sampaio e Charles R. Clement (ambos pesquisadores titulares no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA).

Sobre os debates acerca da importância do etnoconhecimento das populações tradicionais para a conservação da biodiversidade selecionou-se ‘Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil’ (2001) e o capítulo ‘Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais’ respectivamente publicados por Antônio Carlos Diegues (professor doutor da Universidade de São Paulo – USP) e Edna Castro (professora titular na Universidade Federal do Pará – UFPA) em ‘Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação’ organizado por Diegues (2000).

As obras citadas possibilitaram compreender melhor as discussões sobre biodiversidade, saberes tradicionais, etnoconhecimento com enfoque na Amazônia. Esses autores são referência nacional e apresentam algumas estratégias de utilização do potencial na região.

Para a fundamentação do fenômeno turístico e sua segmentação, selecionou-se ‘Análise estrutural do turismo (2007) e ‘Planejamento do espaço turístico (2002) de Mario Carlos Beni (professor titular aposentado da Universidade de São Paulo – USP) e Roberto C Boullon, respectivamente. Os autores são referência ao se pensar o sistema turístico e como organizá-lo, bem como na área de planejamento, extremamente necessárias para qualquer destino.

Ao atender o objetivo de identificar estudos sobre plantas medicinais realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, também foi possível identificar estudos da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Os

trabalhos destacam a relevância da realização de pesquisas destinadas ao aproveitamento da oferta de plantas medicinais amazônicas.

Este levantamento e posterior identificação, foram possíveis por meio dos estudos da biblioteca digital de teses e dissertações do INPA e da UFAM (Quadro 1), utilizando como filtro de busca as palavras-chaves: plantas medicinais; etnoconhecimento; comunidades. Dentre os resultados encontrados, desconsiderou-se os trabalhos referentes às comunidades indígenas e plantas alimentícias.

Quadro 1: Teses e dissertações do INPA e da UFAM.

INPA					
Data de defesa	Título	Autor	Orientador	Programa	Tipo de documento
26-Set-2006	Sistemas agrícolas e plantas Medicinais em terras pretas de índio da Amazônia Central	Klüppel, Marina Pinheiro	Yuyama, Kaoru	Agricultura no Trópico Úmido	Dissertação
13-Abr-2010	Estudo etnobotânico de plantas medicinais em comunidades de várzea do rio Solimões, Amazonas e aspectos farmacognósticos de <i>Justicia pectoralis</i> Jacq. forma <i>mutuquinha</i> (Acanthaceae)	Cassino, Mariana Franco	Queiroz, Maria Sílvia de Mendonça	Ciências Biológicas (Botânica)	Dissertação
13-Dez-2011	Estudo etnofarmacognóstico de plantas medicinais popularmente indicadas para tratamento de doenças tropicais em nove comunidades ribeirinhas do rio Solimões no trecho Coari-Manaus-AM	Pedrollo, Camilo Tomazini	Kinupp, Valdely Ferreira	Ciências Biológicas (Botânica)	Dissertação
14-Dez-2011	Etnobotânica e etnomedicina na reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé, baixo rio Negro: plantas antimaláricas, conhecimentos e percepções associadas ao uso e à doença	Veiga, Josephina Barata da	Scudeller, Veridiana Vizoni	Ciências Biológicas (Botânica)	Tese
29-Ago-2014	Conhecimento, uso e conservação da diversidade vegetal em quatro comunidades ribeirinhas no município Manacapuru, Amazonas	Vásquez, Sílvia Patricia Flores	Mendonça, Maria Sílvia de	Ciências Biológicas (Botânica)	Tese
20-Jul-2010	Etnobotânica de quintais em três comunidades ribeirinhas na amazônia central, Manaus AM	Souza, Célia Cristina Valero	Scudeller, Veridiana Vizoni	Ciências Biológicas (Botânica)	Dissertação

13-Abr-2012	Manejo, conservação e mudanças comunitárias associadas ao uso de andiroba (<i>Carapa spp.</i>) na Reserva Extrativista do Rio Jutai - Amazonas	Calle, Diego Alejandro Cardona	Vieira, Gil	Ciências de Florestas Tropicais	Dissertação
8-Ago-2007	Uso e manejo de roça pelos moradores de três comunidades da reserva extrativista do rio Jutai - AM	Bastos, Cibele Lopes	Py-Daniel, Victor	Agricultura no Trópico Úmido	Dissertação
21-Jul-2006	Uso e diversidade de espécies vegetais cultivadas na reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé, Manaus, Amazonas	Santos, Jerfferson Lobato dos	Silva, Marlene Freitas da	Agricultura no Trópico Úmido	Dissertação
19-Ago-2014	Composição, conhecimento e uso de plantas de campinarana por moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Amazônia Central	Demarchi, Layon Oreste	Piedade, Maria Tereza Fernandez	Biologia (Ecologia)	Dissertação
4-Jul-2013	Baixo Jauaperi: da farmacopeia ao sistema de saúde – um estudo etnobotânico em comunidades ribeirinhas	Pedrollo, Camilo Tomazini	Kinupp, Valdely Ferreira	Ciências Biológicas (Botânica)	Dissertação
UFAM					
31-Mai-2012	Caracterização do cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares em duas comunidades Amazônicas	Chagas, Jolemia Cristina Nascimento das	Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto	Agronomia Tropical	Dissertação
30-Abr-2019	Memória social do uso de plantas medicinais em uma comunidade ribeirinha do Amazonas	Sá, Rommel Gonçalves de	Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar	Psicologia	Dissertação
4-Jun-2009	O etnoextrativismo não-madeireiro em uma comunidade Amazônica: um estudo de caso em Santa Luzia do Buiçuzinho Coari/AM.	Silva, Rosibel Rodrigues e	Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto	Agronomia Tropical	Dissertação
19-Jun-2015	Percepção e saberes do sistema produtivo de carapanaúba (<i>Aspidosperma oblongum</i>) no município de Manaus, Amazonas	Silva, Francisca de Jesus Pimentel da	Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto	Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	Dissertação
3-Jun-2015	Mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM)	Carvalho, Talita Pedrosa Vieira de	Costa, Reinaldo Corrêa	Geografia	Dissertação
3-Jun-2015	Relação sociedade e natureza e o mercado da biodiversidade em Manaus - AM	Ferreira, Bárbara Evelyn da Silva	Costa, Reinaldo Corrêa	Geografia	Dissertação
30-Out-2014	Uso de plantas para o tratamento da malária em seis comunidades de Boca do Acre, Amazonas	Silva, Antonia Lima da	Chaves, Francisco Célio Maia	Agronomia Tropical	Tese
5-Jan-2016	Plantas medicinais utilizadas em 9 comunidades rurais de Itacoatiara e aspectos	Ferreira, Deolinda	Mendonça, Maria Sílvia de	Agronomia Tropical	Tese

	anatômicos e histoquímicos de duas espécies (Pogostemon cablin Benth e Tripogandra glandulosa (Seub.) Rohw)	Lucianne Rodrigues			
30-Ago-2017	Práticas socioculturais e proteção do conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais em Caapiranga/AM	Teixeira, Natalia Andrade	Rodrigues, Débora Cristina Bandeira	Serviço Social	Dissertação
15-Ago-2013	Estudo Etnobotânico e Farmacognóstico de plantas antimaláricas de uso popular na comunidade Céu do Mapiá, Pauini - AM	Costa, Patricia Scarparo Pereira da	Ohana, Débora Teixeira	Ciências Farmacêuticas	Dissertação
12-Ago-2008	Diagnóstico de três comunidades na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu Purus – Amazonas Central quanto ao potencial de uso de produtos não-madeireiros que ocorrem em capoeira	Lay, Cristina Zulma Escate	Cruz, Jefferson da	Ciências Florestais e Ambientais	Dissertação
18-Jun-2010	A cadeia produtiva do guaraná: um estudo com o guaraná no município de Maués	Michiles, Ronaldo José	Assad, Ana Lúcia Delgado	Biotecnologia	Tese

Fonte: <<https://bdttd.inpa.gov.br/>> <<https://bdttd.ufam.gov.br/>>

O Quadro 1 apresenta teses e dissertações datadas no período de 2006 a 2019. As áreas de estudo referentes ao conteúdo dos trabalhos pertencem, em sua maioria, a área de ciências biológicas, especificamente estudos botânicos, seguidos pelas áreas de agricultura no trópico úmido e agronomia tropical.

Os cerca de vinte e três (23) trabalhos identificados, delimitam como *locus* de estudo comunidades ribeirinhas nos municípios de Manacapuru, Maués, Caapiranga, Itacoatiara, Boca do Acre, Manaus, Coari, Careiro da Várzea, Iranduba e áreas de Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas. A respeito dessas áreas, destaca-se que ambas são áreas protegidas, de domínio público, com uso concedido às populações tradicionais que ali residem, permitindo-se a visita pública caracterizada como atividades de turismo, de acordo com o plano de manejo das unidades.

Considerando que as atividades turísticas são segmentadas com base na relação oferta e demanda, procurou-se demonstrar com a disposição deste quadro, a possibilidade de desenvolver atividades turísticas contempladoras de experiências autênticas provenientes do etnoconhecimento pois, as comunidades a que pertencem esse tipo de conhecimento apresentam um cenário de correlação entre fatores sociais,

culturais e ambientais de interesse a turistas motivados pela obtenção de conhecimento ou apreciação de modos de vida diferenciados.

Compreende-se que o etnoconhecimento expressa-se por meio de diversas atividades como, produção de artesanato, pesca, agricultura familiar, entre outras. Contudo, apresentam-se no quadro, estudos baseados na oferta de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas realizados por pesquisadores motivados pelo aprofundamento no conhecimento específico acerca da biodiversidade amazônica.

Dessa forma, traça-se um paralelo entre pesquisadores de instituições públicas e o segmento de turistas contemporâneos, que buscam práticas turísticas autênticas e não impactantes do ambiente pois, a partir dessas duas perspectivas, permite-se afirmar que ambos possuem motivações próximas: adquirir conhecimentos acerca da oferta de plantas medicinais amazônicas. No entanto, diferem-se pela motivação da realização da pesquisa, em se tratando dos pesquisadores, e pela busca de cultura e lazer, referente ao turista.

Para atender as expectativas dos turistas, sugere-se a exploração da oferta de plantas medicinais e a cadeia produtiva de fitoterápicos em que essas se inserem. Identifica-se como possibilidade a realização de trilhas interpretativas para a identificação das plantas medicinais e seus usos tradicionais e oficinas de demonstração do manejo de espécies vegetais com propriedades terapêuticas na construção de farmácias vivas. Por fim, as oficinas de demonstração da produção de chás e banhos medicinais utilizando plantas de uso comum na comunidade e de eficácia comprovada por literatura científica ou regulamentada pela Anvisa, podem ampliar o leque ofertado ao visitante, desde que a realização da atividade se mostre responsável e segura.

Como comprovação da variedade de plantas medicinais e da diversidade de saberes atrelado a essa oferta para aproveitamento nas atividades turísticas propostas, apresentam-se os dados do catálogo elaborado também por pesquisadores da UFAM e publicado pela mesma instituição.

É importante destacar que alguns dados referentes às doenças e aos sintomas são apresentados da mesma forma relatada pelas populações caboclas, por isso, apresenta-se a seguir a descrição dos termos populares como concebidos por essas populações, a fim de proporcionar melhor compreensão das informações apresentadas (MENDONÇA et al, 2014):

- Doenças infantis: caracterizadas pelos sintomas de desconforto da criança, manifestado por meio de choro ou diarreia.
 - Vento caído: diagnosticado pela observação de um “afundamento” na região do osso esterno.
 - Quebrante: atribuído ao mau-olhado, inveja ou por contato com um adulto cansado ou com fome.
 - Derrame: referente a paralisia facial, mas também pode relacionar-se à ocorrência de distúrbios digestivos.
 - Enjoo de criança: choro prolongado independente dos sintomas que o causam.
 - Doença dos sete dias: sintomas associados à crença de maior susceptibilidade a contração de doenças no sétimo dia de vida.
- Mãe do corpo: cólicas uterinas e desconfortos durante período menstrual, enjoos durante a gravidez e desconfortos pós-partos.
- Enzipas e vermelhas: irritações na pele.

É importante notar que a junção entre conhecimentos tradicionais e as plantas medicinais, fornecem resultados importantes para as pesquisas e podem auxiliar em tratamentos de saúde, dentro e fora das comunidades.

No Quadro 2, apresentam-se nomes populares e científicos e os usos na medicina tradicional, de plantas medicinais identificadas ao longo de nove comunidades no trecho de Manaus a Coari (AM), listados na publicação ‘Plantas medicinais usadas por comunidades ribeirinhas do médio Rio Solimões, Amazonas: identificação, etnofarmacologia e caracterização estrutural’ (2014).

Quadro 2: Plantas medicinais identificadas ao longo de nove comunidades localizadas no trecho de Manaus a Coari – AM.

Nome popular	Nome científico	Usos na medicina tradicional
Alfavaca	<i>Ocimum campechianum Mill.</i>	Banho preparado com folhas frescas ou fervidas usado para o tratamento de dores de cabeça, constipação, gripes, febres, ‘enjoo de criança’, “derrame”. Toma-se o chá para o tratamento de inflamações, problemas renais, infecções urinárias, verminoses, pressão alta e problemas cardíacos. A aplicação tópica do sumo retirado das folhas ajuda a aliviar coceiras na pele. A semente é colocada no olho para retirar ciscos do globo ocular.
Canapu	<i>Physalis angulata L.</i>	Consumo do fruto <i>in natura</i> para o tratamento de prisão de ventre. O chá preparado com raízes fervidas em água é utilizado no tratamento de malária, hepatite e demais afecções do fígado.

Capeba	<i>Piper peltatum</i> L.	Chá preparado com as folhas fervidas utilizado para tratar inchaços do pós-parto. Aplicado topicamente na pele afetada por “enzipas”. Chá preparado com as flores utilizados para o tratamento de distúrbios menstruais e inflamações do sistema reprodutor feminino, em uso externo, como banho de assentos. A raiz é usada para tratar problemas no fígado, malária e hepatite. As folhas, quando aquecidas, são usadas para o tratamento de inchaços e “vermelhas”.
Cariru	<i>Talinum fruticosum</i> (L.) Juss	Ingestão do sumo das folhas para o tratamento de gastrites e seu uso tópico é utilizado para a cicatrização de feridas. O chá é recomendado para tratar problemas estomacais.
Cubiú	<i>Solanum sessiliflorum</i> Dunal	O suco do fruto ou chá preparado por decocção são consumidos para diminuir os níveis de glicose e colesterol sanguíneos e combater a hipertensão arterial.
Gergelim	<i>Sesamum indicum</i> L.	O sumo das sementes maceradas em álcool é aplicado nas faces afetadas por “derrames”. Usa-se o sumo ou chá das sementes no tratamento de pneumonias, dores estomacais, inchaços em grávidas, “quebrante”, “vento caído” e “doenças de sete dias”. Banhos preparados com a decocção das sementes são utilizados na cabeça para aliviar gripes e cefaleias.
Gervão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl.	O chá das folhas é usado no tratamento de gastrites e dores estomacais.
Japana	<i>Eupatorium triplinerve</i> Vahl.	Na forma de banho, chá e ingestão do sumo das folhas é utilizado como tratamento de dores de cabeça, febres, gripes, sinusites, inflamações uterinas e demais formas de inflamações. Banho é utilizado no tratamento de “derrames”, “doenças dos sete dias”, “enjoos de crianças”. O macerado das folhas em álcool, também em uso externo, alivia dores de cabeça.
Juntinha	<i>Pfaffia glomerata</i> (Spren.) Peder. Pederson	O chá das folhas é consumido para expelir pedras dos rins.
Malvarisco	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews e <i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	O sumo, chá e xarope preparados com as folhas e caules das espécies são usados contra gripes, tosses, pneumonias e inflamações na garganta. A ingestão do chá preparado com a decocção dos ramos é recomendada para o tratamento de inflamações e infecções urinárias. O chá frio ou o sumo tem aplicação anti-hemorragica e antidiarreica. O sumo também é utilizado para tratar inflamações no útero e hemorragias, e pingando nos olhos para desembaçá-los. As folhas aquecidas em emplastro sobre a pele tratam “enzipas”.
Manjerioba	<i>Senna occidentalis</i> (L.) Link	As folhas e raízes são fervidas para o preparo de um chá ingerido no tratamento de malária e afecções do fígado. O chá das raízes também é utilizado para tratamento de diabetes.
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	O sumo misturado com leite condensado ou mel, assim como decocção das folhas são utilizados em uso interno para o combate de verminoses, gripes, tosses, pneumonia, tuberculose, congestões das vias aéreas, gastrites e inflamações em geral. O xarope confeccionado a partir de suas folhas é ingerido no tratamento de gripes. O sumo é utilizado em uso externo para o tratamento de fraturas ósseas e “mãe do corpo”.
Mutuquinha	<i>Justicia pectoralis</i> Jacq. forma <i>mutuquinha</i>	A infusão ou decocção das partes aéreas de <i>Justicia pectoralis</i> forma <i>mutuquinha</i> é usada para tratar a “mãe do corpo”, combatendo cólicas menstruais, intestinais e hemorragias.
Pião-branco	<i>Jatropha curcas</i> L.	Banhos preparados com as folhas são usados para aliviar para aliviar dores de cabeça e tratar gripes, sinusites e “derrames”. As sementes, assadas, ingeridas ou aspiradas na forma de

		rapé, possuem efeito purgante. As cascas maceradas em água têm efeito cicatrizante. O macerado das sementes em álcool é aplicado em locais acometidos por luxações ou entorses. A ingestão do chá preparado pela decocção a casca é usada no tratamento de câncer e inflamações em geral. O látex das folhas, aplicado em feridas, é cicatrizante.
Pião-roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Banhos preparados com as folhas são utilizados para aliviar dores de cabeça, gripes e “derrames”. Os “derrames” também podem ser tratados pela aplicação tópica do macerado das folhas em álcool. A ingestão do sumo das folhas é recomendada para tratamentos de asma e inflamações em geral.
Pobre-velho	<i>Costus spicatus</i> (Jacq.) Sw.	O chá das folhas, caules e raízes é usado no combate a infecções renais e urinárias, dores na coluna, inflamações em geral e na prevenção de câncer. Em combinação com o cipó-tuira (<i>Bonamia ferruginea</i> Hallier f.), é utilizada no combate à malária, diabetes e hepatite.
Saratudo	<i>Justicia Calycina</i> (Nees) V.A.M. Graham	O chá das folhas e caules é usado no tratamento de diarreia, dores no estômago e intestino e no combate a inflamações em geral. A infusão é usada contra afecções uterinas e no tratamento de gastrites.
Terramicina	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze	O chá preparado pela decocção das folhas é ingerido para o tratamento de inflamações em geral. O sumo é aplicado em locais afetados por feridas para facilitar a sua cicatrização.
Trevo-roxo	<i>Scutellaria agrestis</i> A. St.-Hil. Ex Benth	Aplica-se o sumo nos ouvidos para aliviar dores e inflamações. O chá preparado pela decocção ou infusão das folhas é ingerido no tratamento de febres, hipertensão arterial, “vento caído”, “quebrante” e “doença de sete dias”.
Vassourinha	<i>Scoparia dulcis</i> L.	A aplicação tópica do sumo ou do macerado em álcool das folhas e caules é realizada no tratamento de “enzipa”. O sumo das folhas e caules também é ingerido para o tratamento de congestões das vias aéreas e infecções urinárias. O chá preparado pela decocção das raízes ou das folhas é usado no tratamento de reumatismo e como depurativo do sangue. Este também é ingerido por mulheres para o tratamento de inflamações do útero.

Fonte: MENDONCA, M. S.; DUARTE, M. A.; CASSINO, M. F.; OLIVEIRA, A. B.; SOUZA, M. C.; PRATA-ALONSO, R. R.; Paes, L.S. Plantas medicinais usadas por comunidades ribeirinhas do médio Rio Solimões, Amazonas: identificação, etnofarmacologia e caracterização estrutural. 1. ed. Manaus: EDUA, 2014.

O Quadro 2 apresentou vinte (20) espécies de plantas medicinais por meio de seu nome popular, nome científico e seus usos na medicina tradicional. Sobre os modos de preparo e utilização tradicionais, mencionam-se em sua maioria, a ingestão do chá feito por meio do processo de decocção, ou seja, ferver das partes das folhas, o uso de banhos preparados com folhas misturadas a água e a ingestão ou aplicação do sumo, este realizado pela maceração da planta.

Destaca-se por meio desse quadro, o vasto conhecimento acerca da biodiversidade amazônica, especialmente das plantas com substâncias terapêuticas, mas, também, percebe-se a iniciativa de investigação dos melhores métodos de utilização da matéria-prima vegetal medicinal para obtenção de resultados melhores, ressaltando, assim, a importância das práticas tradicionais.

Como mencionado anteriormente, há a possibilidade de utilização dessa oferta de saberes e fazeres como uma experiência autêntica ao inserir o visitante em um dos cenários característicos do modo de vida tradicional ribeirinho. As oficinas de manipulação das plantas medicinais seriam uma alternativa.

Tendo em vista a compreensão de que a maior falha das atividades turísticas em comunidades tradicionais, manifesta-se por meio da tentativa de reprodução dos padrões estabelecidos pelo turismo de massa, tais atividades seriam uma oferta diferenciada, especialmente na Amazônia.

Esta possível oferta de oficinas, de produtos fitoterápicos e outros, estaria oposta àquela que sacrifica a integridade do ambiente natural para a produção de um atrativo, desvinculado da realidade vivida pelos moradores. As práticas ultrapassadas e de caráter massificador, desconfiguram o espaço e a dinâmica da comunidade e, conseqüentemente, condenam a atividade turística que não motivará mais demanda devido à ausência de autenticidade.

Assim, com o intuito de investigar as relações entre biodiversidade e comunidades ribeirinhas, surgiu a oportunidade de visitar e conhecer a Comunidade Bela Vista do Jaraqui. Esta comunidade recebe visitantes há mais de 10 anos e, recentemente, vem desenvolvendo um projeto com plantas medicinais.

3.1 AS PLANTAS MEDICINAIS NA COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI

Para a demonstração da utilização da fitoterapia como um possível complemento de renda de comunidades ribeirinhas, utilizou-se como critério de escolha uma comunidade com oferta de atividades turísticas, bem como, fluxo turístico, mesmo que em níveis incipientes. Dessa forma, realizou-se uma pesquisa de campo exploratória na Comunidade Bela Vista do Jaraqui, onde, atualmente, realiza-se o projeto de extensão 'Turismo na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus – AM): Preparando para receber o turista' coordenado por pesquisadores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Segundo dados levantados pelo projeto, 5 famílias que residem na comunidade recebem grupos de turistas para a realização de atividades como: caminhadas na selva, passeios de canoa, sobrevivência na selva, conhecimento sobre plantas medicinais, entre outras. As atividades mencionadas contribuem com o

desenvolvimento socioeconômico das famílias e, também, como o apoio a agências de viagens, operadoras, transportadoras e entre outras.

Realizou-se na comunidade algumas ações relacionadas ao turismo como: o Inventário Turístico realizado por alunos do curso de Turismo de uma universidade particular de Manaus, a Oficina de Sensibilização para o Turismo realizada pelo SEBRAE-AM, o Roteiro Turístico para Visitação no Parque Estadual Rio Negro – Setor Sul, organizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) e a Oficina de Planejamento do Turismo de Base Comunitária na Comunidade Bela Vista do Jaraqui coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

Por meio das entrevistas e conversas informais com os líderes comunitários para a análise desse estudo, identificou-se ainda a realização de um intercâmbio cultural com a realização de oficinas na comunidade, sendo o objetivo da atividade promover um intercâmbio cultural entre os saberes tradicionais dos ribeirinhos e populações indianas que vivem nas margens do rio Ganges.

A referida atividade foi organizada pelo grupo BrasilÍndia, com apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Sema, no período de 18 a 21 de abril deste ano. Segundo relatado, as atividades desenvolvidas ao longo de quatro dias, foram as seguintes: iniciou-se com a apresentação do pesquisador especializado no estudo de plantas medicinais, Moacir Biondo e do voluntário Henrique Paeja, resultando em atividades de criação de canteiros de farmácias vivas (Figuras 1 e 2) e remédios caseiros, e horta comunitária (Figura 3).

De acordo com os relatos, a partir da iniciativa mencionada, organizou-se um grupo de doze (12) mulheres, denominado Grupo Jatobá, responsável pela criação e manutenção das hortas comunitárias e a produção de xaropes (Figura 4) e pomadas caseiras (Figura 5), esses dois últimos destinados à comercialização.

Figura 1: Farmácia-viva em etapa de construção



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 2: Farmácia-viva em construção



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 3: Horta



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 4: Xarope artesanal



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 5: Pomada artesanal



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O projeto ainda é incipiente, a horta está em fase de construção, no entanto, notou-se ao longo das conversas que os produtos são ofertados aos visitantes e há um empenho, por parte das mulheres, em vender esta produção. Por outro lado, tanto o xarope quanto a pomada passaram a ser utilizados pelos moradores da comunidade, bem como adquiridos pelos moradores das comunidades do entorno.

Os entrevistados destacaram que a partir da mudança de governo estadual, como resultado das eleições de 2018, houve mudanças relacionadas ao sistema de saúde e ao acesso dos moradores à saúde. Havia a visita de dois médicos, uma vez por mês, à comunidade. Atualmente, a visita passou a ser de um médico, uma vez por mês. Essa situação, segundo informado, não atende às necessidades da comunidade, dessa maneira, tanto o conhecimento tradicional quanto os produtos fitoterápicos passaram de alternativa à oferta importante para a obtenção de saúde na comunidade.

CONCLUSÃO

Constatou-se, à luz da pesquisa bibliográfica desenvolvida neste trabalho, a relação biodiversidade, comunidades ribeirinhas e etnoconhecimento sobre plantas medicinais, como uma cadeia produtiva constituída pelo reconhecimento das espécies vegetais com substâncias terapêuticas, a coleta e/ou manejo das ervas e manipulação da matéria-prima para produção de remédios caseiros, sendo essas atividades motivadas pela necessidade de sobrevivência caracterizada pela busca da saúde.

Também se depreende a partir desse estudo, a importância da interação humana com o ambiente pois, para ambos, esse cenário de existência mútua representa a conservação de ambas as espécies, expresso pelo etnoconhecimento. Essa ideia é reforçada pelos preceitos da etnoconservação que, segundo Diegues et al (2001), pensam as grandes áreas de biodiversidade amazônica como resultado das atividades decorrentes do conhecimento e do manejo tradicional realizado pelas comunidades ribeirinhas.

Clay et al (2000) apontam a incipiência de estudos relacionados ao etnoconhecimento amazônico, justificado pelo desconhecimento de sua potencialidade. Contudo, o levantamento das pesquisas envolvendo temáticas referentes ao etnoconhecimento das comunidades tradicionais acerca das plantas medicinais publicadas por pesquisadores do INPA e da UFAM, demonstram uma crescente tendência de valorização dos saberes tradicionais como norteadores de estudos etnofarmacológicos e, conseqüentemente, a conservação das espécies vegetais das áreas em que se encontram e do conhecimento atrelado.

Sobre esse aspecto em particular, sintetizou-se as informações de uma pesquisa realizada por pesquisadores da UFAM, contendo diversos dados acerca de plantas medicinais encontradas ao longo de nove comunidades ribeirinhas, incluindo o uso tradicional destas. Dessa maneira, identifica-se vasta oferta de matéria-prima e de conhecimento atrelado ao modo de vida das comunidades, assim, configurando uma oferta turística diferencial com potencial de desenvolvimento de um produto turístico destinado ao segmento de saúde, motivador de fluxo turístico.

Ao pensar esse segmento para comunidades como a Bela Vista do Jaraqui, o ideal seria realizar outras atividades de intercâmbio de saberes medicinais tradicionais, e implementar trilhas interpretativas, oficinas de coleta e manejo de plantas medicinais e comércio de remédios caseiros. Recomenda-se a partir deste

estudo, que sejam identificadas outras comunidades que utilizem plantas medicinais para o uso de fármacos e que as atividades na Bela Vista do Jaraqui sejam acompanhadas por novos e mais aprofundados estudos.

REFERÊNCIAS

- _____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RDC 26 de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. D.O.U. Brasília, 21 ago.2006.
- ANVISA. Consolidado de normas de registro e notificação de fitoterápicos. Brasília, 2018.
- ANDERSON, A.; CLAY, J. Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2002.
- BENI, C. M. Análise estrutural do turismo. 12ª ed. ver. e atualiz. - São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- BOULLÓN, C. R. Planejamento do espaço turístico. Baurú, SP: EDUSC, 2002.
- BRASIL. Turismo de Saúde: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais In: PEREIRA, E. B.; DIEGUES, S. C. A.; Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 22, p. 37-50, 2010.
- CLAY, W. J.; SAMPAIO, T. B. P.; CLEMENT, R. C.; Biodiversidade amazônica: exemplos e estratégias de utilização. Ed. 1. Programa de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico. Manaus, 2000.
- CUNHA, L. Turismo e saúde – conceitos e mercados. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Estudos e Ensaio, 2008.
- DIEGUES, A. C. S.; DIEGUES, A. C. S. (Org.); ARRUDA, R. V. S (Org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 4. 176p.
- MENDONÇA, M. S.; DUARTE, M. A.; CASSINO, M. F.; OLIVEIRA, A. B.; SOUZA, M. C.; PRATA-ALONSO, R. R.; Paes, L.S. Plantas medicinais usadas por comunidades

ribeirinhas do médio Rio Solimões, Amazonas: identificação, etnofarmacologia e caracterização estrutural. 1. ed. Manaus: EDUA, 2014.

KÖCHE, C. J.; Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. – Petrópolis: RJ: Vozes, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, C. E. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SIMONETTI, S. R. Turismo no Rio Negro: pelos caminhos das representações sociais dos comunitários do Lago do Acajatuba e da Vila de Paricatuba (Iranduba-AM). Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

TAPPIN, M. R. R.; LUCCHETTI, L. Sobre a Legislação de Registro de Fitoterápicos. Vol. 3, nº 01, Revista Fitos, 2007.

GLOBAL SPA SUMMIT. Wellness Tourism and Medical Tourism: Where Do Spas Fit? Research Report: GLOBAL SPA SUMMIT, 2011.